



**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 08 DE JULHO DE 2021**

Ata n.º 52

Aos oito dias do mês de Julho do ano de dois mil e vinte e um, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:00 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, por convocatória de um de Julho, sendo a Mesa Composta por:-----

Presidente da Assembleia Municipal: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas; -----

Primeira Secretária: Maria Eugénia Xufre Baptista; -----

Segunda Secretária: Maria Emilia Bexiga Santos Rodrigues Sousa;-----

e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

PONTO UM: Tomada de conhecimento da Declaração da Alteração por Adaptação do Plano Diretor Municipal de Albufeira;-----

PONTO DOIS: Tomada de conhecimento da Declaração da Alteração por Adaptação do Plano de Pormenor da Balaia;-----

PONTO TRÊS: Tomada de conhecimento da Declaração da Alteração por Adaptação do Plano de Urbanização da Frente de Mar da Cidade de Albufeira; -----

PONTO QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da aprovação da 3.ª Alteração do Mapa de Pessoal e Plano de Recrutamento para 2021;---

PONTO CINCO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização referente ao "Encerramento da Liquidação (dissolução) da Sociedade "Pólis Albufeira, S.A. - Em Liquidação" - Minuta da Escritura Pública de "PARTILHA" - Adjudicação ao Accionista Município de Albufeira dos Bens Imóveis daquela Sociedade - Proposta"; -----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à "Proposta visando a abertura do procedimento e período de candidatura para atribuição de Bolsas de Estudo do Ensino Superior para o ano Lectivo 2021/2022"; -----

PONTO SETE: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para "Fornecimento de Iluminação de Decorativa de Natal em Regime de Aluguer", pelo valor base de 213.999,00€ + IVA; --

PONTO OITO: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para "Fornecimento de Contínuo de Mobiliário para as Escolas do 1.º, 2.º, e 3.º Ciclos, Jardins de Infância e outros Equipamentos Pertencentes à Divisão de Educação", até ao limite de 169.939,00€ + IVA; -----



PONTO NOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para "Fornecimento Contínuo de Utensílios de Cozinha para as Cantinas e Bufetes Escolares do Município de Albufeira", pelo valor base de 45.000,00€ + IVA; -----

PONTO DEZ: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público Internacional com Publicação JOUE para "Aquisição de Serviços de Limpeza nas Escolas e Noutros Equipamentos Educativos do Município de Albufeira", até ao limite de 573.000,00€ + IVA; -----

PONTO ONZE: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para "Aquisição de Serviços para o "Plano de Gestão e Divulgação do PARU de Albufeira e Respectiva Implementação no Período de 2017/2020"; -----

PONTO DOZE: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para "Aquisição de Serviços de Manutenção Preventiva, Corretiva e Evolutiva da Plataforma WEBSIG do Município de Albufeira", pelo valor base de 18.500,00€ + IVA.-----

PRESENCAS: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Fernando Manuel de Sousa Gregório (PS), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD), Ana Isabela da Palma Gordinho Almeida Ramos (PS), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Raquel Carolina Madail Pinto Reis (suplente PS), Ana Cristina Neves Pinto Oliveira (PSD), Rosária Maria Dias Pereira Leão (Suplente PS), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Miguel Ângelo Rodrigues Pinheiro (BE), Maria Emília Bexiga Santos Rodrigues Sousa (Independente), Cândido Augusto Marques Reigado (Suplente CDU), Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (PSD), Leonardo Manuel Teixeira Paço (PS), Helena Maria Palhota Dias Simões (PSD), Hugo Miguel Isidro Aires (PAN), Luís Miguel Correia Pereira (Suplente PSD), Roberto Manuel da Silva Raposo (PS), Elisabete Filomena Lopes Machado (Suplente PSD), bem como os Presidentes de Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge Carmo, da Guia - Dinis Nascimento, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Cristina Corado e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne - João Guerreiro. -----



Faltas: Fernando Cabrita, Pedro Coelho, Renato Pimenta, José Sequeira, Gaspar Meirinho, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Raquel Reis, Rosária Leão, Cândido Reigado, Luis Pereira, Elisabete Machado, Cristina Corado e João Guerreiro.-----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaro Dinis, Victor de Oliveira Ferraz, Rogério Pires Rodrigues Neto, Sara Luisa Ascensão Marques Carvela Serra e Cláudia Cristina Dias Guedelha. - Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----

Presidente da Assembleia: "Entrámos no Período de Intervenção do Público que temos apenas uma inscrição que apresentou por escrito. Sérgio Miguel da Silva Arez e que diz o seguinte: (Doc. Nº 1 anexo a esta ata) ".-----

Presidente da Câmara: "Boa Noite a todos. Relativamente à primeira questão o facto de serem contratadas empresas para resolver determinados assunto que são expostos ou que têm de ser resolvidos tudo depende do assunto que é, se tivermos pessoal nos quadros da Câmara para resolver as situações pois terá que ser o pessoal do quadro se não tivermos tem de ser empresas contratados para o efeito. Neste caso, o dizer essencialmente o que está aqui que não me parece muito correto, e não é correto, é realmente quem recebeu o assunto ter mandado um mail para um outro sector que era o setor responsável, e com isso parece que ficou o problema resolvido, isso não é verdade, já mandei indagar quem foi a pessoa que fez isso porque isso não pode ser. Mas o problema está já a ser resolvido, realmente aquilo tinha muitos autocolantes e há-de continuar a ter provavelmente, esperemos que solução encontrada demora as pessoas de fazer aquele serviço. Relativamente à questão da estrada, a questão da estrada é um empreiteiro que não tem demonstrado grande capacidade laboral em termos de fornecimento de massas betuminosas, diz que os concorrentes dele não lhe querem ceder as massas porque têm as obras deles, porque também têm obras os fabricantes, então têm as obras deles para municiar primeiro e só depois é que vem



para ele, e então tem vindo aos bochechos. Espero que na próxima semana, que seja terminado. No entanto na próxima Reunião de Câmara já vai um processo para entrar num Processo Sancionatório relativamente ao incumprimento do contrato, porque realmente ele tem sido um pouco negligente em termos de prazos pelo menos. Mas claro, se não conseguir assim pois ela terá que ser acabada seja de uma forma ou de outra, ou por este empreiteiro ou por outro". -----

Presidente da Assembleia: "Desculpem, mas a Célia informou que a transmissão no Youtube está gravada mas não está a sair com som, vai ligar ao Técnico da Câmara para solucionar o problema que deveria estar a funcionar como sempre. Não sei o que se passa, ela vai tentar perceber e solucionar. Aguardamos aqui uns minutos no intermeio. Também podemos avançar relativamente ao ponto quinto. Recebemos o ofício da Câmara Municipal a pedir que o ponto seja removido, e assim o será. No entanto com a explicação que esta remoção deve-se ao facto de o acionista ter pedido alterações, não obstante ter sido já aprovado em Sessão de Câmara e ter sido pedido alterações à minuta. Como tal tem de ir novamente à Sessão de Câmara para depois regressar à Assembleia Municipal, e a ver se é desta que conseguimos a liquidação da solução desta Sociedade. Passados tantos anos o Estado ainda continua com duvidas do que fazer e como fazer. E portanto o ponto quinto está removido da Ordem de Trabalhos. Também para conhecimento foi solicitado pela Câmara Municipal a inclusão de mais dois pontos nesta Assembleia, foi enviado esse pedido, essa informação aos Líderes de Bancada, como não obtive resposta, nem em tempo, nem resposta, decidi agendar uma Assembleia Municipal para dia vinte e nove para a discussão desses pontos, e portanto virão também com os outros que serão alvo da Sessão de Câmara de dia treze e depois de dia vinte. Não é Senhor Presidente? É. Portanto teremos mais uma Assembleia Municipal este mês que será dia vinte e nove de Julho". -----

Francisco Oliveira: " Senhor Presidente é só para informar que eu dei resposta na altura concordando com a inclusão dos pontos, o que o Senhor Presidente me informou é que já tinha informado o Senhor Presidente da Câmara de que iria marcar nova reunião. Mas eu tive necessidade de ter algumas horas para pelo menos perceber exatamente quais eram os assuntos que estavam a ser tratados e quando foi possível dei a resposta nesse mesmo dia. Muito Obrigado". -----

Presidente da Assembleia: " É verdade. Deu resposta, mas como eu tinha dito a todos os Líderes, nós temos um grupo WhatsApp, da comunicação, que teria que haver



unanimidade, essa resposta chegou efetivamente depois de enviada a comunicação por email dos pontos pela Câmara Municipal, mas "nó blis nó bles" o que é que havia? Não havia resposta por parte de todos os Líderes de Bancada e não valia estarmos à espera, e a avançamos com aquilo que era a previsibilidade, a remarcação ou marcação de uma Assembleia. Obviamente que face à urgência do pedido teria que haver urgência na resposta, não havendo, tivemos que dar resposta à Câmara Municipal, porque as funcionárias da Assembleia teriam que preparar a documentação e também a Câmara Municipal teria que remeter a documentação à Assembleia Municipal, sendo em cima da hora não valia a pena estarmos a insistir no agendamento que só poderia ser feito por consenso, atendendo ao nosso regimento". -----

Francisco Oliveira: " Senhor Presidente, no fundo era só para retificar que alguém deu resposta mas compreendo perfeitamente que tivesse sido em pouco tempo e que fosse necessário realmente preparar a documentação. Era só para retificar que o Senhor presidente referiu que ninguém deu resposta e que não corresponderia efetivamente à verdade". -----

Presidente da Assembleia: "Ninguém deu resposta em tempo útil. Mas Célia, certamente estamos a gravar, o áudio está?".-----

Célia Guerreiro: "Sim está a gravar, o gravador está". -----

Presidente da Assembleia: " Então pronto, se ninguém objetar a tal, entrávamos no Período do Antes da Ordem do Dia, porque o som ficará gravado e assim que chegar o Senhor Técnico, se for possível corrigir, consegue recuperar. Mas depois será para publicar, já não ficará contínua, porque agora já são clips da sessão já não é a sessão contínua. Mas se os técnicos conseguem recuperar, depois será publicada mas não será uma transmissão em direto, mas temos que continuar com os trabalhos senão nunca mais terminamos. Se ninguém levantar objeção entramos no Período Antes da Ordem do Dia. Sim, então pronto. Como estamos a gravar o áudio salvaguardamos a questão das intervenções".-----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Cândido Reigado: "Boa noite a todos, é para dizer o seguinte, aqui bem perto de nós, na Rua do Oceano, na curva logo a seguir ao entroncamento com a Bartolomeu Dias há



ali uns buracos, um deles bastante perigoso, principalmente para quem circula de bicicleta a pedal, de moto ou motorizada. Aquilo carecia mesmo, pelo menos, um bocadinho de alcatrão para tapar aqueles buracos. Entre a rotunda da Corcovada e as bombas da Repsol, um bocadinho antes, estão ali uns buraquitos que também estão a precisar de um arranjo.”-----

Francisco Oliveira: “Só para esclarecer uma questão que foi levantada na última Assembleia e, convinha que ficássemos esclarecidos, tem a ver com a questão da vacinação. Levantou-se a questão do Algarve tem sido preterido em determinada altura pela Task Force relativamente à vacinação. Acontece uma coisa interessante, é que o critério que foi adotado foi o critério de vacinar primeiro as pessoas mais idosas e, de facto o Algarve tem essa vantagem comparativamente com outras zonas do país nomeadamente o Alentejo, tem da população menos idosa e por isso mesmo haver esta diferença, razão pelo qual a nós, eu quando digo nós, eu e os restantes Deputados do Algarve reunimos com o Senhor Vice-Almirante e ele nessa altura deu a indicação que tendo tomado conhecimento, já na semana anterior tinha feito um reforço relativamente à vacinação. Mas, deveu-se efetivamente a esse critério e agora naturalmente face à situação que estávamos a atravessar foi mesmo o Governo que decidiu efetivamente avançar com o reforço da vacinação e assim houvessem mais vacinas com certeza absoluta também teríamos mais vacinações. Hoje deu na televisão exatamente isso, que foram vacinadas em quatro dias cerca de seiscentas mil pessoas e portanto assim que chegue novo reforço, penso que chegará dentro em breve. Este número manter-se-á ou subirá relativamente à vacinação. Era no fundo, só para dar este esclarecimento, de que não houve uma preterição por ser o Algarve mas sim em função do critério adotado.”-----

Ana Ramos: “Boa noite a todos, tenho aqui três questões, barra recomendações. A primeira questão prende-se com o centro de testagem e para saber se o Senhor Presidente isso e se a Câmara já se inteirou a respeito da forma de controlo pelos técnicos do ABC, se existe uma forma de controlar quanto às moradas uma vez que depois em caso dos testes darem positivos, esses positivos ficam aqui como ativos do concelho. Portanto, se o controlo das moradas é feito? Se existe algum controlo? Alguma forma de comprovar a morada ou se é meramente declarativo das pessoas que a dão? A segunda questão é mais uma recomendação, Senhor



Presidente, relativamente à necessidade de haver uma forte coordenação ao nível das acções de fiscalização, coordenação com as forças policiais, com a GNR, com a Protecção Civil, um maior cuidado com os ajuntamentos na rua dos bares nomeadamente, sendo que essas acções, naturalmente deverão ser pedagógicas, mas terão também que ser acções concretas e coercitivas se necessário. Depois a terceira questão tem a ver com que medidas concretas para apoiar as empresas é que estão a ser pensadas? Porque estamos a viver um verão mais do que difícil, o inverno será longo para um verão curto e bastante fraco, como se prevê. E portanto, também vamos entrar em período de eleições e é importante perceber com as forças políticas aqui presentes e encontrar uma solução em conjunto no sentido de sermos proactivos e não reativos."-----

Presidente da Câmara: "Agradeço ao Senhor Reigado todos os aspectos que referiu aqui e que observou e naturalmente tomei boa nota, para entregar a quem de direito para resolver o problema rapidamente. Relativamente ao que o Francisco Oliveira falou, sobre a questão da vacinação, nós na AMAL tivemos uma reunião com o Senhor Vice-Almirante em que realmente foi constatado que o Algarve tinha uma média de vacinação muito baixa, comparativamente com o resto do país a cinquenta e um por cento, enquanto outras zonas tinha cinquenta e sete por cento, independentemente da forma como era, mas nós estamos num sítio onde recebemos muita gente e também era uma razão para sermos vacinados, ou seja, os algarvios vacinados, os residentes no Algarve vacinados com uma maior percentagem. Ele viu esse facto, e foi registado. Também nos disse que estaria duas semanas antes projetado enviar para a região mais mil vacinas, salvo erro, para que pudessem ser ministradas por forma a que, se atingisse rapidamente os outros cinquenta e sete por cento que era o equivalente a uma das regiões, salvo erro, Alentejo que tinha mais vacinação. Portanto admite que seja, evidentemente não estou a pôr em causa a questão das idades, o que é certo é que o Algarve como recebe muita gente, sejam eles portugueses ou estrangeiros, merece e acho que carecia que até todos os funcionários do turismo da restauração, dos hotéis fossem vacinados para ficar um pouco mais imune e com a possibilidade de não haver tanta transmissão. Relativamente àquilo que a Ana Ramos referiu, relativamente ao centro de estágio, existe algum controle sobre as moradas, mas também quero dizer uma coisa, pelo número de testes que se fazem ali e o número de positivos que são detetados não



tem nada a ver com os números reais que aparece na ARS, é um número muito inferior e muito pequeno. Há dias até que não aparece nenhum positivo em duzentos e tal testes que são feitos, portanto, por aí também não vamos a lado nenhum nem tem significado, embora até possa haver algum e não digo que não, nada é infalível, que possa haver algum escape ao controlo que é feito, não é significativo. No entanto, agora com as medidas que foram anunciadas hoje, só vem dar razão à questão da testagem que é realmente uma situação que faz imensa falta. Relativamente à recomendação no caso do policiamento e da fiscalização, eu estou inteiramente de acordo e já sugeri inclusivamente numa conversa que há uns tempos num pequeno encontro que tive com o Ministro, rapidamente, foi uma coisa passagem e que no dia um de Junho deveria ter vindo muito mais reforços para esta zona, porque nós temos aqui duas situações no verão que vão ter realmente polícias em força, porque temos um turismo que aumenta grandemente nesta altura, infelizmente este ano não tanto, claro. Mas depois também temos um outro problema e está a começar a surgir dentro de pouco tempo e é um problema que muitas vezes foge à observação de muita gente mas há muita gente que é altamente preocupante que é os desvios das alfarrobas, na zona do interior do concelho. Isso é uma situação que a Guarda Nacional Republicana também tem um trabalho, lembro perfeitamente o trabalho foi feito ano passado em conjunto, por exemplo, com a Câmara, colaboramos e fizemos ações ativamente e não proactivo, é bom que se diga e, parece que resultou um pouco. No ano anterior tinha sido catastrófico e daí o ano passado eu tomar algumas atitudes de início com a Guarda Nacional Republicana, que é imprescindível neste campo. Até sugeri ao capitão que a Câmara podia oferecer-lhe um drone, para visionar determinado tipo de movimentos, um pouco de longe, sem ser próximo das pessoas e eles foram contactados agora com a questão da proteção de dados, foram conectados os superiores e não é possível utilizar isso, portanto ficou assim, isso provavelmente viria ajudar mais depressa a detetar algum alguns desvio, algum roubo que estivesse a ser feito. Evidentemente, planos para que as forças de segurança sejam o mais possível, a nossa força de segurança, a nossa Polícia Municipal embora não tenha as mesmas funções da Guarda Nacional Republicana, mas também acompanha em algumas ações a nossa Proteção Civil a mesma coisa. Agora, evidentemente, torna-se quase impossível em determinadas alturas também agir,



também peço sempre primeiro que tudo sejam pedagógicos, persuasivos, porque também acho que não será necessário, primeiro tudo começar coercivamente, mas o que é certo é que, se calhar às vezes, faz falta, isso depois faz com que haja distúrbios exagerados, com aquele entusiasmo do que é a juventude e do que é do grupo, também a dinâmica de grupo conta muito. Evidentemente que as coisas poderão não ser nada fáceis nesse aspeto. Medidas de apoio, nós continuamos a apoiar os restaurantes, iniciamos agora, com a questão dos restaurantes terem de fechar aos fins-de-semana e feriados às quinze e trinta, portanto o jantar não seria servido presencialmente, mas podia haver a hipótese de contactar os táxis para transportar o take away, é um exemplo, temos outros exemplos, a isenção de todas as taxas, nomeadamente a ocupação da via pública, as taxas de publicidade, por exemplo, são medidas não é apoio financeiro, apoio em tesouraria, mas é apoio de não pagamento, também não deixa de ser um apoio. Outras medidas eventualmente poderão ser tratadas até em colaboração com as várias associações, nomeadamente a ARESHP e a ACRAL, estou em negociações com eles para ver, depois havemos de falar nisso.”-----

Presidente da Assembleia: “Eu aproveito, em relação à intervenção do Deputado Francisco Oliveira, eu fiz a intervenção nesse sentido e reitero o que disse na última sessão. Efetivamente os critérios não tiveram em conta o que é o Algarve. Não tiveram em conta o período em que nós íamos entrar no Algarve, porque nem sequer, e aqui, ainda que não tenha elementos, nem sequer foi considerado o grau de igualdade em relação às escolas, aos professores, aos profissionais das forças de segurança, os Bombeiros Voluntários, o centro de saúde, porque aqui também houve o atraso comparativamente com o resto do país. E volto a dizer que o Algarve teve o atraso na vacinação e este atraso na vacinação verifica-se também hoje num problema, com as medidas que são tomadas, quem não tiver a segunda dose da vacina não tem o certificado e portanto não adianta nós vacinarmos seiscentos não sei quantos mil, se depois só temos metade da população com a segunda vacina e que permite o certificado digital para depois poder utilizar. Isto é só fazer meia verdade e, a verdade é esta o Algarve foi preterido, foi preterido em relação ao resto do país, porque enquanto o resto no país já tinham a segunda dose antes de nós começarmos sequer no reforço da vacinação, nós aqui estávamos a começar a vacinação e é muito fácil, se pedirmos ao centro de vacinação os



números das vacinas feitas em Maio, vamos ver comparativamente com o resto do país. Portanto, não é só uma questão de idade, como uma questão de critérios, como uma questão de efectivamente o número de vacinas que foram disponibilizadas para o Algarve e o senhor, vamos chamar-lhe responsável, pela Task Force disse isso mesmo, que o Algarve ia ter um reforço, ora se ia ter um reforço é porque não tinha as vacinas suficientes para serem aplicadas à população, nomeadamente aquela que ia estarem contato com os turistas que nos iriam visitar. Agora quando começa o verão, quando começa o fim do ano letivo e começam as férias escolares, depois o que nós verificamos é que são os jovens que têm o maior índice de contágio e os profissionais veem-se a par com esta dificuldade. Mas enfim é o que temos e, vamos sofrer, temos um não verão e passamos a ter três ou quatro invernos, que é aquilo que os empresários desta terra vão ter de enfrentar." -----

Presidente da Câmara: " Para reforçar um pouco aquilo que o Paulo disse sobre as classes profissionais, foi uma das coisas que eu falei precisamente na reunião que tivemos com o Vice-Almirante, foi que as classes profissionais, nomeadamente o pessoal docente e não docente das escolas foi todo vacinado, os bombeiros foram todos vacinados, os do centro de saúde foram todos vacinados, embora esses não foi por ser classe profissional, mas por ser pessoas que estavam na linha da frente. Mas as classes profissionais foram o pessoal docente e não docente das escolas. Se o pessoal docente e não docente das escolas foi vacinado em primeira instância, porque não os profissionais da hotelaria que também estão em contato com muita gente, foi o que sugeri, portanto, à semelhança daquilo que acontecia com os profissionais das escolas, foi nesse sentido. Mas também não deixa de ser verdade que, como disse há pouco, realmente o Algarve era o que tinha a percentagem menor de vacinação, tinha cinquenta e um por cento, pelo aquilo que me recordo do mapa que o Senhor Vice-Almirante lá apresentou e a região mais vacinada tinha cinquenta e sete por cento. Ele disse então, anuiu que ia reforçar a questão das vacinas, mais uma quantidade, mil em cima daquelas cinco mil e quatrocentas ou quatro mil e quinhentas, que já estavam a vir para o Algarve e ia reforçar mais mil e que dentro de pouco tempo estaria à imagem de outras regiões mais avançadas, independentemente dessa questão, desse critério, que isso é um critério como outro qualquer, mas acho que as classes profissionais, o turismo devia ter sido olhado de uma outra forma que não foi."-----

Rui Serôdio: "Boa noite, relativamente à conversa que temos tido de apoios e do governo, queria perguntar ao Dr.º Francisco Oliveira, já que está numa posição privilegiada, em que situação é que se encontra o plano de recuperação do Algarve que foi anunciado há quinze meses, há quinze meses e que não saiu do papel? E



queria saber, já que tem uma posição privilegiada, em que situação é que está? E se estiver na mesma, quais são as intenções do Senhor Dr.º Francisca Oliveira com os deputados do PS e as interpelações que vai ter no Parlamento para acelerar drasticamente este plano tão vital para o Algarve?"-----

Francisco Oliveira: "Eu não sei quem é que fez a pergunta, já agora a sua identificação."-----

Presidente da Assembleia: "Rui Serôdio." -----

Francisco Oliveira: "É muito simples, o plano de desenvolvimento Algarve está a aguardar uma coisa que o senhor Deputado já deveria ter sabido, que é o PRR, que há cerca de uma semana ou duas semanas nós entregamos o PRR e, entregamos não, recebemos efetivamente da senhora Presidente da Comunidade Europeia a informação de que para além de termos tido o primeiro, que os valores iam começar a ser disponibilizados e é nessa medida, quando forem disponibilizados e esperemos que esteja o mais rapidamente possível o plano de recuperação e o plano para o Algarve estará efetivamente em marcha. Portanto, depende efetivamente dos valores correspondentes ao PRR. Como sabem os valores relativos ao Orçamento de Estado foram na maioria, ou na sua grande maioria, aplicados naquilo que todos sabemos que foi a questão da pandemia. Portanto, como foram desviados valores que estavam programados para outras áreas, naturalmente que tiveram que ser desviados para o Serviço Nacional de Saúde e por outras situações. Nesse sentido há que ter em conta que o plano para o Algarve não conta só com o plano específico porque desde os layoff's até aos apoios foram dados pelo Governo a todas as entidades do Algarve estão já efetivamente incutidos no reforço, ou na possibilidade de reforço das situações que todos sabemos que vão acontecer e que tem vindo a acontecer, nomeadamente pela falta de faturação dos hotéis e dos restaurantes. Agora, sem termos efetivamente a disponibilidade dos valores que vêm da Comunidade Europeia, naturalmente que esses valores só poderão avançar quando cá chegar. É tão simples quanto isto."-----

Rui Serôdio: "Falou em valores, mas eu queria saber concretamente qual é o plano. E isso não está pendente de nada e, o plano, ainda estamos a aguardar há quinze meses. Qual é o plano para o Algarve? Qual é o plano de recuperação da economia do Algarve? Foi isso que eu perguntei, não foi quando é que fica disponível dinheiro,



quando é que vem o dinheiro, qual é o plano, concretamente? Qual é o plano para os Algarvios saberem e para os empresários do Algarve saberem?"-----

Adriano Ferrão: "Boa noite aos presentes, é o seguinte para além do plano que se falou aqui e há bocado ouvi aqui a palavra reativo, no sentido do município, da Câmara Municipal, do executivo ter também um plano que fosse proactivo e não fosse reativo. E nós sabemos desde o princípio desta pandemia, o governo teve sempre uma postura reativa, raramente ela foi proactiva e sempre que foi proactiva até falhou. Outras situações, que foram prometidas ao Algarve e, já que estamos aqui a falar com o Deputado Francisco Oliveira, que tem essa posição privilegiada na Assembleia da República, por isso os trezentos milhões que viriam para o Algarve também ainda não sabe nada disso não é? Aliás são outras coisas, como o hospital central do Algarve que teve no orçamento, depois acabou por sair do orçamento e já não existe. Agora vieram com, enfim, as portagens da A22 que tinha cinquenta por cento também de desconto e afinal não se verificaram os cinquenta por cento, porque se arranjou uma forma engenhosa, com umas datas que isso afinal reportava a anteriormente para a coisa ficar pela metade. O preço dos combustíveis, que a gente vê é uma exorbitância, o português não tem carteira para suportar essas situações com o ordenado mínimo que as pessoas têm, como é que podem ter os combustíveis da gasolina um ponto oitenta. Agora a reclassificação da A22, acabei hoje de ler isso, os Senhores Deputados do PS também falaram sobre "agora é que vamos fazer a requalificação" e depois imputaram as culpas no Passos Coelho, que não a D. Afonso Henriques? Porque já aí estão há seis anos não é? E dar uma explicação realmente cabal, que me parece tudo areia para os olhos, para os contribuintes e para os Algarvios."-----

Francisco Oliveira: "Quando eu for para baixo vou fazer o seguinte, vou dar uma cópia do Plano Resiliência e Recuperação aos Senhores Deputados, para poderem ler e puderem ver exatamente quais os planos e quais os valores que estão destinados ao Algarve. Uma vez que não tiveram oportunidade de ler nem verificar esses montantes, que estão efetivamente neste plano, poderão depois vê-lo em conformidade. Parece-me que, mas tudo bem, estamos aqui para responder àquilo que for necessário, não estávamos numa reunião da Assembleia Municipal de Albufeira e não no Parlamento, ou numa questão relacionada com o Parlamento, mas tudo bem, todas as questões que quiserem colocar estaremos aqui para responder. Entregarei uma cópia com os valores



e com o correspondente indicativo de quais os valores destinados, quer à hotelaria, quer ao turismo, quer às áreas que efetivamente dizem respeito ao Algarve. São muitas páginas, são trezentas e tal, talvez seja difícil lerem tudo ou terem atenção em ler aquilo que interessa."-----

Presidente da Assembleia: "Todos conseguem ler, todos estão aqui instruídos o suficiente para conseguirem ler."-----

Rui Serôdio: "O Senhor Francisco Oliveira continua a falar em valores, e eu continuo a falar em plano. Que plano é que existe concretamente para o Algarve? Fiz uma pergunta simples, que plano é que existe? Não estou a falar em valores, só estou a falar em plano. É para recuperação de empresas? Em que moldes? É apoio à facturação? Que tipo de plano? Eu não estou a falar em valores, estou a falar, que tipo de plano é que existe? E já agora, se tem o documento, diga-nos, porque os Algarvios não sabem que plano é que está a falar, diga-nos por favor, se tem uma informação privilegiada, que esclareça aos Algarvios, ou aos empresários de Albufeira, pelo menos, qual é o plano específico."-----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "Boa noite a todos, já que estamos aqui a discutir os planos para o nosso Algarve, e estamos muito preocupados com o Algarve, eu como freguês de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia chateava um bocadinho o Senhor Presidente e perguntava qual era os planos que ele tinha para a minha freguesia até ao final do mandato. Pelo menos ficávamos informados com alguma coisa daqui do concelho. Se quiser falar de outras obras do concelho, também é bom, estão aqui outras freguesias, ficávamos informados."-----

Presidente da Câmara: "A freguesia de Ferreiras foi tratada tal e qual como as outras freguesias, não está aqui em causa se foi mais feito aqui ou mais feito ali, evidentemente que não há nada igual. Em termos da transferência de competências quero dizer que foi perfeitamente equivalente, aquilo foi dado às Ferreiras foi dado a qualquer outra Freguesia e inclusivamente, não apenas em meios, não se trata aqui do dinheiro, a Câmara entende e continua a entender, a câmara não deu dinheiro a ninguém. A Câmara fez transferência de competências e posteriormente a isso e em consequência disso transitou então o chamado envelope financeiro. Para além disso foram dadas máquinas às várias juntas para também poderem fazer alguns serviços que até o momento têm estado inibidos de poder fazer. Portanto, já foram arrançados muitos caminhos em três, foram colocadas muitas iluminações,



não deu para duas obras na Freguesia de Ferreiras, porque uma delas foram excluídos todos os concorrentes que concorreram, foi a estrada na segunda rotunda de Vale Paraíso até à ponte por cima da linha férrea. E foi outra, que foi os balneários do Futebol Clube Ferreiras, que também os concorrentes foram excluídos, portanto se não fosse esses atrasos, tudo isso estaria já ou a obra acabada, a estrada já estaria feita e a outra dos balneários estaria praticamente resolvida. Temos entretanto para avançar o processo da estrada da Nora, o projeto do Parque de estacionamento da Nora, em processo de aquisição um terreno para fazer a ampliação do Jardim de Infância de Ferreiras, vem remodelar aquela entrada porque é extremamente difícil e perigosa."-----

Presidente da Assembleia: "Passar a informação que o senhor técnico disse que vamos ter de fazer a sessão sem som em direto, mas amanhã será colocada toda a sessão já com som de gravação repostos. E eu, Senhor Presidente da Câmara Municipal vou reiterar o pedido que já tínhamos feito, de ter aqui um técnico de som ou informática até pelo menos que seja o início da sessão, para que isto não possa voltar a suceder porque efetivamente de informática nós somos leigos e depois acontece uma situação destas para transmitir em direto, já tinha feito o ofício e parece que foi a água tudo levou, para não ser o vento. Mas assim fica já o recado dado, certamente depois, além de que amanhã sairá ofício para a Câmara Municipal nesse sentido, porque já é a segunda vez que temos isso, é a segunda vez que nós reiteramos o pedido e já é mais do que a segunda vez que não acontece o senhor técnico presente de forma a podermos sancionar as dificuldades logo no início porque senão teríamos que reiniciar o computador e perderíamos toda a gravação feita até agora."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos membros, para consulta, no gabinete da Assembleia Municipal. -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Tomada de conhecimento da Declaração da Alteração por Adaptação do Plano Diretor Municipal de Albufeira;-----



O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Senhor Presidente, eu não sei, pelo que me diz respeito estes três planos, ou estes três pontos, um, dois e três têm a ver exactamente com a mesma coisa e portanto o que vou dizer relativamente ao número um irei relativamente ao número dois e ao número três. Estas alterações pela informação que tenho dizem respeito a uma adaptação tem que ser feita em virtude do POC. Tem de ser feita em virtude do POC porque o PDM ainda não foi actualizado. Se o PDM já tivesse sido actualizado, neste momento era desnecessário fazer estas alterações e estas adaptações. A informação que tenho é que o PDM está mais que concluído, ou que estará em vias de estar perfeitamente concluído, mas na verdade este PDM vai ter um problema relativamente ao PDM anterior, que vai ser bastante mais limitado, bastante mais reduzido, em termos da capacidade construtiva e das limitações que pode vir a obter. Portanto, percebo que também não seja politicamente correto fazer a aprovação de um PDM a poucos meses das eleições, quando efectivamente o mesmo vai trazer dificuldades para os industriais e para as pessoas que lidam efectivamente com esta área. Nesse sentido era só para deixar aqui esta indicação, poderíamos realmente ter o PDM avançado e aprovado, mas se calhar, por outras razões o mesmo não virá a ser antes das eleições."-----

Presidente da Câmara: "De facto qualquer um desses três pontos tem consequência de alteração do POC, portanto seria uma alteração obrigatória e simples, todos esses planos que estão aí, portanto não há nada a acrescentar relativamente àquilo que o Francisco Oliveira falou."-----

Presidente da Assembleia: "Só uma nota de rodapé, o Dr.º Francisco Oliveira disse aprovar mas efectivamente a Assembleia Municipal pode não aprovar. O plano que vier será para ser considerado pela Assembleia Municipal, poderá ser aprovado ou não em função daquilo que os senhores deputados à data acharem por bem decidir. Não há nenhuma aprovação, não é automática nem necessária. Só isso e já agora fixe que a Elizabete saiu da videochamada."-----

Francisco Oliveira: "Eu acho que, pelo que aqui diz, é uma tomada de conhecimento, portanto nem há votação. Os três pontos são tomada de conhecimento, pura e simplesmente."-----



Presidente da Assembleia: "A minha intervenção vem no sentido da sua, em que disse que o PDM terá que ser aprovado, ou melhor o PDM é aprovado. E eu estou a dizer que a Assembleia Municipal aprovará ou não em função daquilo que for entendimento de cada Deputado e cada líder da bancada é só nesse sentido."-----

Francisco Oliveira: "Senhor Presidente, para ele ser aprovado ele tem que vir, tem de ir primeiro ao executivo e depois à Assembleia."-----

Presidente da Assembleia: "O Dr. Francisco Oliveira é que disse, que o plano vai ser aprovado ou terá que ser aprovado e o que eu estou a dizer é que pode ser aprovado ou não. Não é uma questão de semântica, é só por liberdade de escolha que os deputados da Assembleia Municipal têm, é só por isso, não é mais nada que isso."-----

Francisco Oliveira: "Eu parece-me que os senhores deputados têm essa consciência, mas pronto."-----

Presidente da Assembleia: "Temos todos e portanto não é demais reforçar aquilo que é realidade e foi só isso que fiz. Quanto ao ponto primeiro, a tomada de conhecimento está feita a tomada conhecimento se ninguém obstar ou não tiver a inscrição relativamente aos outros pontos uma vez que foi perguntado e respondido também relativamente a esses dois pontos faremos a tomada de conhecimento."

Foi feita tomada de conhecimento. -----

PONTO DOIS

Tomada de conhecimento da Declaração da Alteração por Adaptação do Plano de Pormenor da Balaia;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Foi feita tomada de conhecimento. -----

PONTO TRÊS

Tomada de conhecimento da Declaração da Alteração por Adaptação do Plano de Urbanização da Frente de Mar da Cidade de Albufeira; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Foi feita tomada de conhecimento. -----

PONTO QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da aprovação da 3.ª Alteração do Mapa de Pessoal e Plano de Recrutamento para 2021; -----



O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Só para dizer que concordamos com a questão e que vamos votar favoravelmente."-----

Presidente da Assembleia: "Senhor Presidente, quer fazer o esclarecimento relativamente a este ponto?"-----

Presidente da Câmara: "É relativamente a uma retificação relativamente ao primeiro que veio cá há um mês talvez."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Bernardo, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Rosária Leão, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Luís Pereira, Roberto Raposo, Elisabete Machado, bem como os Presidentes de Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge Carmo, da Guia - Dinis Nascimento, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Cristina Corado e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne - João Guerreiro. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização referente ao "Encerramento da Liquidação (dissolução) da Sociedade "PólisAlbufeira, S.A. - Em Liquidação" - Minuta da Escritura Pública de "PARTILHA" - Adjudicação ao Accionista Município de Albufeira dos Bens Imóveis daquela Sociedade - Proposta"; -----

O ponto foi retirado. -----

PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à "Proposta visando a abertura do procedimento e período de candidatura para atribuição de Bolsas de Estudo do Ensino Superior para o ano Lectivo 2021/2022"; -----



O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Senhor Presidente que nos regozijamos com esta questão e com a abertura do procedimento e do período de candidatura para as bolsas de estudo e queremos lembrar algo que é para nós muito importante e que tinha vindo a ser referido em anteriores anos e que foi iniciado o ano passado, e que este ano se mantém, que é o facto de também, no âmbito destas candidaturas e muitas destas bolsas de estudo não serem só os cursos mas também os mestrados. Porque hoje em dia, face ao sistema de Bolonha, os três anos não conferem muitos dos profissionais e no caso de engenharia, por exemplo, que é um caso concreto, tenho conhecimento, não confere sem haver mestrado. E portanto os cursos muitas vezes não ficam completos e os profissionais depois têm que recorrer ao mestrado e muitos deles ficam pelo caminho, exactamente por não terem capacidade. Muito louvamos que o Senhor Presidente e que o executivo tenha levado em boa conta aquilo que foi uma proposta do grupo parlamentar do Partido Socialista, naturalmente que iremos aprovar este ponto."-----

Presidente da Câmara: "Este facto assim é e isso é um acompanhamento da realidade, porque praticamente todos os curso agora, pós-bolonha têm esse tipo de este tipo de ensino e esse tipo de grau académico. Daí que justifica plenamente e até reforçar isso nos anos futuros."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Bernardo, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Rosária Leão, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Luís Pereira, Roberto Raposo, Elisabete Machado, bem como os Presidentes de Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge Carmo, da Guia - Dinis Nascimento, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Cristina Corado e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne - João Guerreiro. -----



A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para "Fornecimento de Iluminação de Decorativa de Natal em Regime de Aluguer", pelo valor base de 213.999.00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Cândido Reigado: "Em relação a este ponto a CDU vai votar contra. Não contra a iluminação decorativa de Natal, nada disso, mas porque é um preço exagerado, mas não é só por isso. É nosso entendimento, pensamos que a Câmara podia comprar o material, guardá-lo de uns anos para os outros e aí se calhar poupava-se muito dinheiro. É apenas por este motivo. Obrigado."-----

Francisco Oliveira: "Senhor Presidente, relativamente a esta questão, nós regozijamos também que o valor deste ano tenha sido reduzido, comparativamente com o do ano passado. Iremos aprovar, no entanto, na nossa perspetiva se calhar estes valores ou uma parte destes valores poderiam ser atribuídos para outro tipo de funções. Não queremos, com certeza, que Albufeira fique sem luzes de Natal, mas na verdade entendemos que poderiam realmente dar um Natal diferente a outras tantas famílias que pudessem ter necessidade. Também entendemos que, Albufeira, a capital do turismo, naturalmente não a queremos às escuras e portanto votaremos favoravelmente, teríamos com certeza, uma perspetiva diferente quanto aos valores e quanto aos montantes a atribuir relativamente a este ponto."-

Presidente da Câmara: "Este ano foi uma redução de cento e tal mil euros, o ano passado foram quase quatrocentos mil, precisamente por essa razão. Agora entendemos também que seria o mínimo para dar alguma luminosidade ao Natal, que poderá não ser muito agradável mas que evidentemente contará com este mínimo de, digamos, alegria e de sentimento Natalício. Podendo haver outras coisas, mas como isto têm que ser tomadas decisões muito antecipadas, nós não sabemos como é que na altura estas situações irão estar. Mas de certeza absoluta que não cria ajuntamentos, pessoas para ir ver a iluminação, que não é só num sítio. Também foi por isso que reduzimos quase para metade, pouco mais de metade o valor do ano passado."-----



Segunda Secretária: "Quanto a este ponto eu acho que atendendo aos valores que são apresentados e verificando, digamos aquilo que vimos de iluminação de outras Câmaras municipais no ano anterior, creio que poderia ser feito também aqui um certo ajuste e atendendo que o concelho de Albufeira não tem assim uma área tão grande como outros concelhos que verificamos com valores inferiores a estes, acho que estes números deviam ter sido um pouco mais revistos e talvez não tão altos como se apresentam aqui. Quanto a mim, eu sou muito honesta, vou abster neste ponto."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: dois (02) Miguel Pinheiro e Cândido Reigado.-----

Abstenções: duas (02) Maria Emília Sousa e Leonardo Paço.-----

Votos a favor: vinte e um (21) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Bernardo, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Rosária Leão, Vítor Vieira, Francisco Guerreiro, Helena Simões, Hugo Aires, Luís Pereira, Roberto Raposo, Elisabete Machado, bem como os Presidentes de Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge Carmo, da Guia - Dinis Nascimento, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Cristina Corado e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne - João Guerreiro. -----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para "Fornecimento de Contínuo de Mobiliário para as Escolas do 1.º, 2.º, e 3.º Ciclos, Jardins de Infância e outros Equipamentos Pertencentes à Divisão de Educação", até ao limite de 169.939,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Bernardo, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Rosária Leão, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa,



Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Luís Pereira, Roberto Raposo, Elisabete Machado, bem como os Presidentes de Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge Carmo, da Guia - Dinis Nascimento, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Cristina Corado e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne - João Guerreiro. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para "Fornecimento Contínuo de Utensílios de Cozinha para as Cantinas e Bufetes Escolares do Município de Albufeira", pelo valor base de 45.000,00€ + IVA;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Bernardo, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Rosária Leão, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Luís Pereira, Roberto Raposo, Elisabete Machado, bem como os Presidentes de Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge Carmo, da Guia - Dinis Nascimento, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Cristina Corado e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne - João Guerreiro. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO DEZ

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público Internacional com Publicação JOUE para "Aquisição de Serviços de Limpeza nas Escolas e Noutros Equipamentos Educativos do Município de Albufeira", até ao limite de 573.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----



Cândido Reigado: “Em relação a este ponto, somos pelo serviço público e achamos que a Câmara Municipal em vez de recorrer portanto a concurso público devia era de contratar trabalhadores, que faziam o mesmo trabalho, se calhar não ficava mais caro. A limpeza tem de ser feita, isso não há dúvida nenhuma, só que eram postos de trabalho que se criavam. Não quer dizer que através de concurso público, os trabalhadores também têm de trabalhar, mas trabalham para uma empresa que, enfim, acho que é um bocadinho diferente do que a própria Câmara contratar pessoal directamente para o quadro pessoal. Mas ainda há outra questão, aliás neste caso como se trata das escolas isto até devia ser neste caso o Ministério da Educação devia ter esse encargo e essa responsabilidade.”-----

Presidente da Câmara: “O problema da não contratação de pessoal é só porque quando o concurso de pessoal estivesse terminado já não seria necessário limpar as escolas. A morosidade dos concursos também não ajuda muito e muitas vezes, não digo que fosse nesta altura, nessa altura se calhar até havia muita gente a concorrer, agora há outras alturas não aparece ninguém para concorrer para esses serviços, ninguém concorre. Agora não, não é verdade, agora concorria muita gente, quando isto um dia, esperemos que sim, que seja o mais rápido possível melhorar havia de ser gente a querer sair daqui e então ficávamos sem ninguém. Isto infelizmente é assim, é inconstante. Mas é uma opção.”-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: dois (02) Miguel Pinheiro e Cândido Reigado. -----

Abstenções: zero (00)-----

Votos a favor: vinte e três (23) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Bernardo, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Rosária Leão, Vítor Vieira, Maria Emília Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Luís Pereira, Roberto Raposo, Elisabete Machado, bem como os Presidentes de Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge Carmo, da Guia - Dinis Nascimento, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Cristina Corado e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne - João Guerreiro. -----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

PONTO ONZE

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro,



referente ao Ajuste Direto para "Aquisição de Serviços para o "Plano de Gestão e Divulgação do PARU de Albufeira e Respectiva Implementação no Período de 2017/2020"; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "A questão é que isto diz respeito a um plano de gestão e divulgação do PARU de Albufeira e respectiva implementação. Eu posso ter má memória, mas não me recordo de termos sido informados de alguma gestão ou de alguma divulgação deste PARU, o que é que foi feito, em que termos, em que circunstâncias, apesar do valor ser um valor reduzido e portanto não estamos a falar de grandes montantes, o que é que teria sido feito não tem, mas o que tem sido feito no âmbito deste plano e qual o objetivo do valor que se aprova agora para futuro."-----

Presidente da Assembleia: "Antes de lhe passar a palavra, senhor Presidente, aqui na informação, nós aprovamos em vinte e dois do seis de dois mil e dezassete, assunção do compromisso plurianual desta despesa para aquisição do serviço. Isto vem nos documentos anexos, e portanto, a empresa que ganhou foi a Quaternaire Portugal, Consultoria para o Desenvolvimento S.A, pelo valor de cem mil euros. Depois, na informação de cabimento vem aqui a informação do montante que terá que remanescer para dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e dois. Portanto não foi aprovação desta Assembleia Municipal, foi sim aprovação da Assembleia Municipal a vinte e dois do seis de dois mil e dezassete."-----

Presidente da Câmara: "A prorrogação de prazos e o valor acho, que, não altera nada do valor desse procedimento. De qualquer das maneiras Vereadora Cláudia não sei se tem mais alguma coisa a acrescentar relativamente a isto, mas é apenas isso e só."-----

Presidente da Assembleia: "Isto consta da informação, que diz exatamente isso, ou seja, são os cem mil euros mais iva, e que, o que está em causa são, eu até posso ler é para ser mais fácil, tendo em consideração reprogramação do plano de acção para a Regeneração Urbana PARU de Albufeira apresentada pelo Município, foi aceite pela comissão diretiva do PO CRESC Algarve dois mil e vinte, a extensão do prazo de conclusão para dezembro de dois mil e vinte e dois. Atendendo que o PGD deverá vigorar no mesmo prazo do plano, encontrando-se suspenso o contrato nos termos da alínea a) do artigo duzentos e noventa e sete do CCP, até à celebração de um aditamento ao mesmo que preveja a sua extensão até trinta e um de



dezembro de dois mil e vinte e dois, as condições de pagamento alteraram-se, sendo que o valor restante para pagamento, previsto no referido contrato, é cerca de doze mil e quinhentos com iva, distribuído da seguinte forma, até trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e um, o valor de seis mil duzentos e cinquenta euros mais iva, e até trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e dois o valor de seis mil duzentos e cinquenta euros acrescidos de iva. Portanto, dos cem mil que tinha sido aprovado na Assembleia de dois mil e dezassete que devia cessar em dois mil e vinte, como houve esta prorrogação aceite pela comissão directiva, a Câmara Municipal tem que fazer a prorrogação para dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e dois, e por isso é que vem a esta Assembleia Municipal, o valor não se altera é exclusivamente o deferimento desse pagamento."-----

Presidente da Câmara: "Precisamente por isso apenas."-----

Francisco Oliveira: "Senhor Presidente, eu foco que respondeu pelo Senhor Presidente da Câmara, mas também já é habitual."-----

Presidente da Assembleia: "Não sou eu que respondo, são os documentos que estão entregues a todos nós e a leitura é fácil."-----

Francisco Oliveira: "Já é habitual o Senhor Presidente da Assembleia também fazer de líder de bancada, por isso."-----

Presidente da Assembleia: "Não, não, está enganado."-----

Francisco Oliveira: "O que eu perguntei não foi nada disso, perguntei uma coisa completamente diferente, o que é que foi feito relativamente a este plano de gestão e divulgação, e que divulgação foi feita? Porque, segundo me lembro e posso estar enganado, nós na Assembleia Municipal nunca tivemos conhecimento relativamente a estas matérias ou a esta situação do plano de divulgação. E não foi dos valores, portanto, a pergunta que fiz foi uma pergunta completamente diferente."-----

Presidente da Assembleia: "Não tivemos conhecimentos porque a Câmara não tem que dar conhecimento direto a não ser que alguém o peça e que me recorde nenhum Deputado desta Assembleia Municipal o solicitou. E não é, ainda que queira agradecer a sua intervenção, não é substituir o papel de ninguém, é fazer o papel de Presidente da Assembleia e respondendo com base naquilo que é documentação e, da dúvida que é lançada genericamente. Porque se estiveram a ouvir amanhã, pode ficar na dúvida de que os documentos não foram remetidos para os senhores deputados e foram. Por isso, daí a leitura que eu fiz da documentação, não em substituição de ninguém mas em dever próprio da função que exerço nesta Assembleia Municipal. Mas todavia, agradeço a sua intervenção, a senhora



vereadora poderá, mas também Senhor Presidente faço eu, agora não vão dizer que é de líder de bancada da oposição a solicitar que seja remetido o relatório da atividade à Assembleia Municipal e portanto, vou ocupando os lugares todos. Assim fica mais fácil, já ninguém me acusar de nada."-----

Vereadora Cláudia Guedelha: "Boa noite, relativamente a esta questão e depois de tudo que já foi dito só para acrescentar que a aquisição deste serviço que se iniciou justamente com o início do PARU, até foi mesmo nesta sala que se fez a primeira apresentação e que esta empresa nos ajudou na organização e penso quase todos tiveram aqui presentes nessa primeira apresentação. O PARU faz parte deste mesmo fundo, a Praça da República, a reabilitação do tribunal e o adiamento do mesmo prende-se com a dificuldade que tivemos com quintal da Igreja. Esta empresa vai fazendo o acompanhamento e quer deste processo quer depois da divulgação junto dos privados, da divulgação dos benefícios, que foi também aqui explicado, em termos fiscais etc, etc. Portanto, a divulgação acontece através das redes sociais, mas como disse há pouco o Senhor Presidente e bem, numa próxima Assembleia podemos fazer chegar um documento com todo o trabalho que eles têm exercido ao longo deste tempo. Este procedimento tem que ser agora interrompido tendo em conta que eu houve o alargamento do PARU e para acompanhar até ao final, porque ainda temos que fazer outra sessão de apresentação, aliás salvo erro, ainda fizemos uma também em Paderne, no mesmo âmbito foram feitos flyers, foram feitos mupis, houve uma série de instrumentos de divulgação nas redes sociais, como já disse. E interrompemos e tem que ser alterado, eu penso que estou explicar bem, que está ali também o diretor que faz parte deste processo. Como teve que ser interrompido ao nível dos timings, foi alargado, temos que fazer aqui a alteração e a repartição de encargos para acompanhar. E até o fim, ainda vai haver uma outra sessão também para finalizar este processo."-----

Presidente da Assembleia: "Senhora Vereadora, já agora, se não se importar, para responder à pergunta do Senhor Deputado Francisco Oliveira, só genericamente, o que é que a empresa tem feito? O que é que tem sido feito em modos de divulgação e de acompanhamento, conforme referiu, por esta empresa e quais foram os serviços que essa empresa presta no âmbito deste contrato?"-----

Vereadora Cláudia Guedelha: "Como há pouco referi, foi criada uma imagem, foi criado um plano de divulgação nas redes sociais para chegar junto dos investidores, dos interessados, dos privados, para a divulgação deste projeto, dos benefícios que têm a nível fiscal. Aliás existe até um plano pormenorizado que podemos fazer chegar, de todo este percurso, tudo o que eles fizeram. Essencialmente a isso, é divulgação, comunicação, explicação, criação das imagens, é um plano de



comunicação, no fundo. São três os momentos da apresentação pública, já aconteceram dois e ainda falta um.”-----

Presidente da Assembleia: “Depois fará chegar, por favor, à Assembleia Municipal.”-----

Vereadora Cláudia Guedelha: “Faço chegar, com certeza.”-----

Francisco Oliveira: “É exatamente isso, parece que esta Assembleia tem como função fiscalizar os trabalhos quer da Câmara Municipal, quer de todos aqueles que prestam serviços à Câmara Municipal e verificar qual a implementação deste plano de gestão e divulgação. E agradeço imenso à Senhora Vereadora o favor de deixar esse relatório para que a Assembleia Municipal possa verificar efectivamente o que foi efectuado e qual o tipo de trabalho e de serviços prestados, uma vez que, como digo, até à data, talvez por desconhecimento e por não ter tomado informação devida sobre estas questões, não consegui efetivamente verificar qual o trabalho e qual a profundidade do mesmo.”-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: três (03) Leonardo Paço, Cândido Reigado e Presidente de Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge Carmo -----

Votos a favor: vinte e dois (22) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Bernardo, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Rosária Leão, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Francisco Guerreiro, Helena Simões, Hugo Aires, Luís Pereira, Roberto Raposo, Elisabete Machado, bem como os Presidentes de Junta de Freguesia da Guia - Dinis Nascimento, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Cristina Corado e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne - João Guerreiro. -----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

PONTO DOZE

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para “Aquisição de Serviços de Manutenção Preventiva, Corretiva e Evolutiva da Plataforma WEBSIG do Município de Albufeira”, pelo valor base de 18.500,00€ + IVA. -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----



Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Bernardo, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Rosária Leão, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Luís Pereira, Roberto Raposo, Elisabete Machado, bem como os Presidentes de Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge Carmo, da Guia - Dinis Nascimento, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Cristina Corado e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne - João Guerreiro. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 22:35 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 08 de Julho de 2021 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

A SEGUNDA SECRETÁRIA _____



Doc. n.º1

Para: Assembleia Municipal de Albufeira
Assunto: Sérgio Arez - Questões ao Sr. Presidente Rolo

Boa noite,

O meu nome é Sérgio Arez .

Gostaria de fazer as seguintes questões ao Sr. Presidente José Rolo.

Passado mais de mês que foi lançado o portal SmartCity , pelas minha partilhas feitas o tem sido resolvido apenas assuntos relacionados com verdes e lixo, gostaria de colocar a questão, como é que o Sr. presidente esta pensado fazer para resolver as várias situações que estão por resolver, ira criar equipas multifuncionais para poder dar resposta ao portal? Vão ser subcontratadas empresas?

Em continuação em relação ao funcionamento do portal, uma situação reportada por mim , nº 285 de Junho, relacionado com as escadas rolantes de acesso a baixa encontram-se cheias de autocolantes toda suja , no qual passa uma imagem de completo desleixo da cidade, esta situação foi dada como concluída apenas porque foi enviado um email para a empresa responsável, sendo que não é colocada nenhuma foto do problema resolvido e nem tinha sido resolvido, considero incorreto essa maneira de agir dos técnicos darem concluído o processo , quando não tinha sido resolvido nem havia em duplicado.

Outra questão, dado que nos encontramos quase em pleno verão, gostaria de questionar se vão continuar arranjar a estrada que liga a rotunda da Quinta da Orada a Vale de parra agora? Caso seja negativa a resposta, esta intervenção esta prevista após o verão?

Obrigado pela atenção.

Melhores Cumprimentos

Sérgio Miguel da Silva Arez
Tlm: (+351) 967 027 695
sergiorez@hotmail.com